

A **Nova Zelândia** foi o primeiro País do mundo a conceder o direito ao voto às mulheres no ano de 1893, ampliando os direitos políticos que elas tinham no âmbito municipal desde 1886. A **Austrália** fez o mesmo em 1902, com algumas restrições. Na Europa, o primeiro País onde as mulheres conquistaram o direito ao voto foi a **Finlândia**, em 1906. Na Inglaterra as mulheres iniciavam a sua luta pelo direito de votar, mas ela seria mais dura e culminaria com prisões e até morte.

Na América Latina, o primeiro País onde as mulheres ganharam o direito ao sufrágio universal foi o **Equador**, em 1929.

No **Brasil** isso ocorreu em 1932. Assim, o déficit democrático de gênero em terras brasileiras vem de longe.

Ocorre que esta conquista não significou para as mulheres uma mudança substancial nos valores sociais então vigentes, uma vez que estas continuaram submetidas a uma estrutura patriarcal conservadora e a um modelo de cidadania que privilegiava a imagem pública como espaço masculino.

As mulheres, pela trajetória como se inseriram na política, precisavam de um tempo maior para se adaptar à nova realidade. A insegurança, o desconhecimento das regras do mundo público, os condicionamentos culturais e psicológicos, as práticas partidárias excludentes, continuavam atuando sobre as mulheres, mantendo-as afastadas da estrutura formal do poder político. (FERREIRA, 2003).

Dados do Estudo Mulheres nas Américas: caminhos para o poder político – publicado em janeiro de 2008 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, em parceria com outras organizações nos informam que: o Brasil é o segundo País com menor número de mulheres em cargos de ministra entre as 27 nações de toda a América. As mulheres ocupam menos de 10% dos cargos de primeiro escalão do poder Executivo

No mesmo patamar do Brasil estão também o **México** e o **Equador**.

O **Chile** apresenta os melhores números – é o único com mais da metade dos ministérios comandados por mulheres.

### **O ACESSO DAS MULHERES AO PODER NO BRASIL**

Do total de 127,4 milhões de eleitores brasileiros, 65,9 milhões (51,7%) são mulheres, segundo balanço do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Infelizmente, estes dados impressionantes não se refletem no quantitativo de mulheres eleitas, ou seja, representantes responsáveis pela elaboração das leis no país.

Em 1996, o Congresso Nacional instituiu o sistema de cotas na Legislação Eleitoral - que obrigava os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No ano seguinte, o sistema foi revisado e o mínimo passou a ser de 30%.

A Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, no parágrafo terceiro do Artigo 10º, visando criar mecanismos de estímulo à participação feminina, estabeleceu: *“Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”*.

Desde então tem crescido o número de mulheres candidatas e eleitas.

Ressalte-se que esta política, alvo de algumas críticas, trouxe mais visibilidade à exclusão da mulher nos espaços políticos e às disparidades existentes no âmbito político, entre homens e mulheres.

Dos 513 deputados na Câmara, apenas 46 são mulheres, ou seja, 8,97%. No Senado, dos 81 parlamentares, 10 são mulheres (12,34%). Em 180 anos do Parlamento brasileiro, as mulheres nunca ocuparam um cargo efetivo na Mesa Diretora da Câmara ou do Senado!

Dos atuais 51.942 vereadores, apenas 6.550 são mulheres (12,6%). A porcentagem de deputadas estaduais é ainda menor. São 123 mulheres (11,95%) contra 1.035 deputados.

No pleito de 2004, apenas 407 dos 5.558 municípios brasileiros escolheram mulheres para os cargos majoritários. O índice de 7,37 % é praticamente o mesmo que a média registrada em países da América Latina no início da década de 1990.

Em geral, as mulheres com mandato são oriundas de movimentos sociais, ou então, entram na vida política aproveitando o capital político da família.

Segundo dados da ONU, mantendo-se o ritmo atual de crescimento por gênero - 1 a 2% - o Brasil só atingirá a paridade daqui a 400 (quatrocentos) anos!

É por essa razão que se impõe a prática de ações afirmativas, preconizadas pelos diversos tratados e Conferências Internacionais dos quais o Brasil é signatário.

## **OS NÚMEROS DA OPRESSÃO**

O número de mulheres que participam dos mercados de trabalho no mundo é o mais alto na história, embora estas trabalhadoras estejam mais expostas do que os homens a terem empregos de baixa produtividade, mal pagos e vulneráveis, sem proteção social ou direitos, conforme destaca a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relatório intitulado “Tendências Mundiais do Emprego das Mulheres”, divulgado em março de 2008.

Outros dados importantes do relatório:

- A taxa mundial de desemprego feminino foi de 6,4%, diante de 5,7% dos homens.
- No mundo existem menos de 70 mulheres economicamente ativas para cada 100 homens. Com frequência, a decisão de não integrar-se à força de trabalho não é uma opção, mas uma imposição cultural.

- A relação emprego-população das mulheres de todo o mundo foi de 49,1% em 2007 diante de 74,3% dos homens. Esta relação é um indicador da forma pela qual as economias aproveitam o potencial da população em idade de trabalhar.
- Durante a última década o setor de serviços superou o da agricultura como principal provedor de empregos para as mulheres. Em 2007, 36,1% das mulheres trabalhavam na agricultura e 46,3% no setor de serviços. Em comparação, a proporção de homens foi de 34 por cento na agricultura e 40,4% em serviços.
- Há mais mulheres com acesso à educação, mas em algumas regiões a igualdade neste campo está muito distante de ser uma realidade.

Acompanhando a tendência mundial, na América Latina e no Caribe, as mulheres são maioria no segmento de serviço (onde predomina a informalidade): 74,8% delas atuam neste segmento contra 48,2% deles.

Assim, a vulnerabilidade continua afetando mais a mulheres do que os homens, especialmente nas regiões mais pobres de todo o mundo.

No Brasil, a Pesquisa Mensal de Emprego realizada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - em seis grandes capitais: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (dados do período de janeiro de 2003 e janeiro de 2008), revela que as mulheres são ainda as mais exploradas.

- Representando 53,5% da população brasileira em idade economicamente ativa, as mulheres ocupam somente 44,4% das funções.
- do total de desempregados nas regiões metropolitanas pesquisadas, 1 milhão são mulheres, contra 779 mil homens na mesma situação.
- uma trabalhadora brasileira recebe, em média 71,3% do que um homem recebe pelo mesmo trabalho.
- uma mulher com curso superior tem salário em média 40% inferior ao de um homem na mesma função.
- Em janeiro de 2008 a taxa de desocupação entre as mulheres foi de 10,1% e de 6,2% entre os homens.
- as mulheres chefiam 30% das famílias brasileiras.

Não é sem razão que as mulheres estão entre os segmentos mais pobres da sociedade. Para muitas delas a mudança de um emprego vulnerável até a categoria de trabalho remunerado e assalariado representa um passo importante em direção à sua independência econômica e autodeterminação.

Sabemos que a população mundial está envelhecendo e existe a necessidade de inserir o maior número de pessoas no mundo produtivo. As mulheres podem representar esta força de trabalho extra, necessário para o crescimento econômico e a diminuição das desigualdades sociais.

Enfrentando todos estes obstáculos, as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas, pelo cuidado com os filhos e demais familiares. Isso representa uma sobrecarga para aquelas

que também realizam atividades econômicas. Exemplificando concretamente essa sobrecarga: o número de horas mais frequente dedicado a essas tarefas: 7 horas semanais para os homens e 20 horas para as mulheres.

Pesquisa realizada pelo Instituto Ethos em 2007, intitulada “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas”, mostra que continua grande a disparidade na composição por sexo do quadro de funcionários das empresas pesquisadas.

“Isso especialmente nos níveis hierárquicos mais elevados: o executivo, com 11,5% de mulheres, e o da gerência, com 24,6%. A disparidade continua expressiva mesmo nos níveis em que as mulheres têm maior participação: o de supervisão (37%) e o funcional (35%).”

Isto significa que existe uma situação de afunilamento: há menos mulheres nos níveis mais elevados da hierarquia empresarial.

Para o filósofo alemão **Friedrich Engels** (1820-1895) *“a emancipação da mulher, sua igualdade de condição com o homem é e continuará impossível enquanto a mulher for excluída do trabalho social produtivo e tiver de limitar-se o trabalho privado doméstico. Para que a emancipação se torne factível é preciso, antes de tudo, que a mulher possa participar da produção em larga escala social e que o trabalho doméstico não a ocupe além de uma medida insignificante”*.

Fato é que a discriminação de gênero, além de acentuar a pobreza, contribui significativamente para desvalorizar o papel da mulher em nossa sociedade.

## **E POR QUE É IMPORTANTE A INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA?**

A participação das mulheres na política é de fundamental importância para o avanço das políticas públicas e de gênero no Brasil. As mulheres sentem “na pele” quando as políticas sociais não estão sendo bem executadas. Temos muitos exemplos, como a luta por creches, por atendimento na educação e saúde de qualidade, a luta pelo fim da violência contra as mulheres e também pelo reconhecimento de um trabalho invisível que é o trabalho doméstico.

Um aspecto significativo é a presença maciça de mulheres à frente de organizações não-governamentais (ONGs) e do trabalho voluntário no Brasil, onde as mulheres são maioria absoluta entre os voluntários (53%), segundo dados do Portal do Voluntário. A mesma fonte mostra que os voluntários têm alto nível de escolaridade - 23% têm pós-graduação e 20% completaram o ensino superior - e que 31% deles têm entre 18 e 34 anos.

Quando estão envolvidas em trabalhos voluntários, as mulheres ampliam a eficácia da ação social e criam redes de solidariedade, estruturando assim, um trabalho que colabora com a construção da cidadania.

Mas, as mulheres começam a perceber que podem fazer mais se estiverem nos legislativos e executivos – se estiverem no poder – no exercício do poder.

Nós, mulheres, percebemos que só participando ativamente da política teremos condições de interferir nas mudanças que são necessárias na nossa comunidade.

E a sociedade precisa de pessoas dispostas a processar estas mudanças e que possuam algumas características essenciais ao exercício do poder público:

1. **HONESTIDADE** – que tenham honradez, decência e dignidade. Que dêem exemplo de dignidade.
2. **COMPETÊNCIA** – que fazem acontecer, que não vivem de teoria e sim da prática, observando o dia-a-dia da sociedade.
3. **SENSIBILIDADE** – que no papel de gestor público, possam decidir, com sensibilidade, onde investir os escassos recursos públicos.

Isso porque, são as mulheres na sociedade que não têm recursos para adquirir sua casa própria, que necessitam do SUS para garantir assistência em caso de doença, que necessitam de creche para os filhos, que necessitam de escola pública de qualidade.

E é nesse **terceiro ponto** que necessitamos da presença da mulher na política.

É a mulher quem administra o dia-a-dia da família e isso a faz mais sensível às causas sociais que interferem no cotidiano da família.

Então, a participação da mulher na política é necessária para oferecer mais qualidade à política brasileira e para melhorar, também, a qualidade da aplicação dos recursos públicos que são muito escassos.

A Dra. **Lúcia Avelar**, professora da Universidade de Brasília e autora do livro intitulado ***Mulheres na Elite Política Brasileira***, afirma que a participação da mulher na vida pública traz um novo enfoque. Homens e mulheres diferem em suas prioridades e se complementam, posto que as mulheres são mais sensíveis às questões sociais e familiares, priorizando suas origens, tais como condições de vida, trabalho, o trato das crianças, saúde, educação, reprodução.

A diferença pode ser enriquecedora, mas a desigualdade pode se transformar em crime na medida em que toda a sociedade sofre prejuízo.

É preciso criar uma nova consciência do papel da mulher na sociedade e para isso a presença mais expressiva das mulheres em postos de mando é imprescindível.

Assim, é importante para a mulher disputar o poder e exercê-lo, mas com características próprias, com sensibilidade, com senso de justiça, com a preocupação ética no trato da coisa pública.

A sociedade avança quando isso acontece.

## **PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS**

O Município é o espaço onde o cotidiano das pessoas se desenvolve. É onde se estabelece, de forma concreta, a possibilidade de diálogo, de negociação, de desenvolvimento de oportunidades e potencialidades das pessoas.

As eleições municipais constituem-se no espaço adequado para a mulher posicionar-se como candidata com boas chances de vitória.

Em 2008, as mulheres apresentaram 1.580 candidatas contra 13.677 candidatos homens. Nas eleições municipais de 2000, foram eleitas 317 prefeitas (5,70%) e 5.241 homens (94,28%). Em 2004, as mulheres foram eleitas para conduzir 418 prefeituras. Este número é bastante significativo, pois representa um acréscimo da ordem de 31,86% em relação ao número de Prefeitas eleitas em 2000. Estes números demonstram que as mulheres têm avançado e feito diferença nos pleitos municipais.

Disputar o poder local é a opção mais viável para as mulheres que dividem seu tempo entre as múltiplas tarefas: afazeres domésticos, cuidado com a educação dos filhos e tantos outros. A Câmara e o Senado exigem maior sacrifício da vida privada, pois é necessário o deslocamento para Brasília.

Muitas das mulheres que escolheram a vida pública possuem uma rede de apoio feminina para cumprir o mandato político: são mães, irmãs, cunhadas, comadres, amigas que as acompanham. Isto nos leva à discussão sobre o significado do poder para as mulheres.

Conscientes das dificuldades enfrentadas pelo coletivo das mulheres, ao ascender ao poder as mulheres são mais sensíveis na busca de solução para os problemas comuns como amenizar a distância dos filhos e fazer as compras – facilitando o deslocamento no trânsito, implementar uma logística adequada para buscar o lazer nos finais de semana e conseguir tempo para si e para a família.

Incentivar a participação da mulher nos pleitos municipais é o primeiro passo para mudarmos o quadro de acesso e exercício do poder no país.

## **E O QUE QUEREM AS MULHERES**

As mulheres querem e lutam pelo aprofundamento da democracia. Querem uma sociedade justa e isso requer políticas públicas universais e ações afirmativas, assegurando a igualdade de direitos.

As mulheres já estão cansadas de ser companheiras de luta. As mulheres querem compartilhar o exercício do poder. E para compartilhar o exercício do poder as mulheres precisam participar do processo político.

A importância desse exercício de poder reside no fato de que a essência da política é a ação transformadora.

E a ação política, essa ação transformadora, é o processo de organização da sociedade para que esta não seja manipulada pela minoria dominante.

Fortalecer a mulher é, portanto, fortalecer a democracia, os direitos da pessoa humana, o marido ou companheiro, a criança, a família, a sociedade, a nação, o mundo.

Substituir a história pela utopia de construir uma sociedade mais justa é isso o que querem as mulheres.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FERREIRA, Mary. Mulher no legislativo: um estudo sobre as cotas. In: Souza, Eliana, et.al. Teoria e prática nas Ciências Sociais. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2003. p.69 – 90.

Tendências Mundiais do Emprego das Mulheres – março 2008, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 2008.

Engels, F. A Origem da família, da propriedade privada e do Estado, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 1974.

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer - Editora da Unesp, 2001.

Perfil das Prefeitas eleitas para cumprir o mandato do período de 2005 a 2008. Rio de Janeiro, IBAM / ENSUR / CEFIM / IBAMCO, 2004. 85p. (Estudos Especiais, 82).

THAME, Mendes. Pronunciamentos. (Inéditos). 2008

Instituto Ethos. Pesquisa : Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas. 2007

SOUZA, Silvia Rita. A mulher candidata: guia para disputar eleições - Brasília, 2008.

### **Observação:**

O artigo, **As Mulheres e a Política**, foi publicado pela Fundação Konrad Adenauer Stiftung no livro Diálogo e Intercâmbio entre Partidos Políticos y Sociedad Civil em Mercosur - 2008

---

<sup>i</sup> Silvia Rita Souza é educadora, pós graduada em Planejamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, conselheira da ONG Women's Democracy Network, conselheira do Programa de Liderança no Timor Leste e autora do livro A MULHER CANDIDATA – Guia para Disputar Eleições